

ENTRE A *PARRESÍA* E O CARNAVAL: QUAL A VERDADE DA CORAGEM?

Marcos Roberto dos Santos Amaral¹

Nathalia Viana da Mota²

RESUMO: O propósito deste trabalho, longe de apresentar respostas, categoricamente definitivas ou arbitrariamente acabadas, ao problema da verdade, é, ao contrário, problematizar/refletir, à luz das noções de *parresía* (FOUCAULT, 2010[1983]; 2011[1984]) e de *carnaval*³ (BAKHTIN, 2002 [1963]; 1987[1965]), sobre os rumos e as consequências que os discursos de (in)verdade produzidos em espaços de circulação de opinião política, como a mídia digital, podem acarretar para as hierarquias públicas de um país. Nesse sentido, pretendemos analisar as práticas de “dizer-a-verdade” de personalidades públicas tais como Olavo de Carvalho, Sérgio Moro e Glauber Braga que, com seus atos, ideologias e interesses, em suas atuações nas esferas do jornalismo não hegemônico, das redes sociais, da justiça e da política participam da construção dos rumos da política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Construção da verdade; Relações de poder; *Parresía*; *Carnaval*; Política.

ABSTRACT: The purpose of this work, far from presenting answers, categorically definitive or arbitrarily finished, to the problem of truth, is, on the contrary, to problematize / reflect, in the light

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE) e do Grupo de Estudos Deleuze & Guattari (GEDEG). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Professor (licenciado para estudos) da rede estadual de ensino do Ceará – SEDUC-CE. E-MAIL: roberto.amaral@aluno.uece.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8130-4580>

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora (licenciada para estudos) da rede estadual de ensino do Ceará (SEDUC-CE). Membro dos grupos de estudos GEBACE (Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará), GEIL (Grupo de Estudos Interdisciplinares da Linguagem), GEF (Grupo de Estudos em Foucault) e G-Poc (Grupo de Estudos Pós-Coloniais). E-MAIL: nathalia.viana@aluno.uece.br. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3430700873338009>.

3 Neste trabalho, apesar de privilegiarmos o uso do termo *carnaval*, poder-se-á encontrar, sem prejuízo de sentido, o uso do termo *carnavalização*, pois ambos operam pela mesma lógica: subversão das verdades sérias e oficiais. Ver Bakhtin (2002 [1963]).

of the notions of *parresia* (FOUCAULT, 2010 [1983]; 2011 [1984]) and de *carnival* (BAKHTIN, 2002 [1963]; 1987 [1965]), on the directions and consequences that the (un) truth discourses produced in spaces of political opinion circulation, such as digital media, can bring to public hierarchies of a country. In this sense, we intend to analyze the practices of “telling the truth” of public personalities such as Olavo de Carvalho, Sérgio Moro and Glauber Braga who, with their acts, ideologies and interests, in their actions in the spheres of the non-hegemonic journalism, social networks, justice and politics participate in the construction of the directions of Brazilian politics.

KEYWORDS: Construction of truth; Power relations; *Parresia*; *Carnival*; Politics.

Considerações iniciais

A partir da discussão de Foucault (1990) sobre a referência de Kant aos usos públicos⁴ (e particulares) do jornalismo por filósofos - ou ainda, e em sentido genérico do termo, por intelectuais - em “O que é a crítica?”, pode-se refletir sobre a necessidade de esses acadêmicos reivindicarem um lugar que necessariamente não lhes é estranho, mas que, em tempos de algoritmos, *fake news*, e negacionismos, estão sendo ocupados pelos intitulados *spin doctors*⁵: os espaços de circulação de opinião política nos quais a produção de determinados conteúdos pode influenciar, positiva ou negativamente, a recepção e a reprodução destes discursos e, com isso, conduzir os destinos de uma nação à revolução (no caso positivo) ou ao caos (no caso negativo). Pode-se refletir, ainda, sobre a qualidade da participação dos acadêmicos nesses espaços. Foucault enfatiza que há os usos constrangidos em que o filósofo por questões de hierarquia burocrática se impede de, digamos assim, formular sua palavra franca e contemporiza determinados assuntos que constrangeriam a ordem dada e os usos sábios, em que a conversa se dá a fim de apontar os equívocos dos atos sociais, por mais que tal ponha em risco a face de diversos sujeitos sociais e, inclusive, a do filósofo.

Foucault, é claro, está considerando o ato de filósofos tais quais Kant, diante do que, achamos conveniente lançar luz sobre outro tipo de uso - comerciais e políticos, por assim dizer: sujeitos “contratados/agenciados” por grupos hegemônicos para, arrogando a distinção de filósofo, fazer a “publicidade” de palavras de ordem, palavras autoritárias caras a tais grupos⁶. Estas

4 No opúsculo kantiano sobre a *Aufklärung*, um dos conceitos centrais remete à noção de público. E por essa noção, *Publikum*, entende-se “a relação concreta, institucional, ou em todo caso instituída, entre o escritor e o leitor” (FOUCAULT, 2010, p. 9).

5 Também conhecidos como “engenheiros do caos” ou “gênios do Vale do Silício”, os *spin doctors* são “consultores políticos que se ocupam, diante de determinada situação de impasse, crise ou estagnação, em identificar a direção capaz de mudar a tendência a favor de um candidato ou campanha” (EMPOLI, 2020, p. 18).

6 Pensamos em sujeitos que são tidos como referências e fazem a defender valores conservadores elitistas reacionários “sucesso” nas redes sociais, em “cursos” *online*, em templos, quartéis, na mídia de massa, onde encontra espaço para “doutrinar” seus discípulos - muitos dos quais se tornaram (embora logo sendo destituídos) ministros de governo na história recente do país, além dos menos

questões, acreditamos, justificam, pelo menos, discutirmos esta necessidade de os acadêmicos reivindicarem seu lugar nos meios de comunicação e nos meios decisórios dos *modos operandi* destes meios. Não problematizamos esta necessidade porque defendamos que a ciência, *per si*, seja boa, esteja voltada para a emancipação⁷. Questionamos, tanto, porque é preciso que o diálogo acadêmico⁸ vá para as ruas, deixe de ser conversa entre pares e afirmação do que cada um já admitira como confirmado⁹, quanto porque as decisões dos “destinos” sociais estão nas mãos de uma *élite* que pouco sofre questionamentos e sequer a conhecemos.

É preciso, portanto, tensionar os lugares decisórios dos saberes e poderes, já que o monólogo, via de regra, conjura a imposição autoritária e oculta o silenciamento obediente. Enfim, tal questão não deixa de ser uma forma de problematizarmos de que forma o uso da “razão” (intramuros acadêmicos) ou não uso da “razão” (a ausência acadêmica extramuros) ou ainda o uso em nome da razão (a participação ilegítima extramuros) traz efeitos quanto aos abusos do exercício do poder.

Ademais, Bakhtin (2002; 1987), em seus estudos sobre o *carnaval*, também estabelece um diálogo com o mote kantiano do Iluminismo - *Sapere aude!* - na medida em que a *Aufklärung* demarca-se através das formas de se subverterem as relações de dominação na sociedade, por meio da problematização das particularidades de serem as relações sociais ambivalentes, híbridas, impuras, ou seja, não absolutas, logo, sem a possibilidade de uma hierarquização e estratificação sociais definitivas, sobretudo, porque aqueles sujeitos que estão em situação de marginalização, em alguns contextos¹⁰, podem destronar os detentores do poder. Nesse sentido, em sua discussão a

“famosos” que se empenham em “mobilizações” em favor de temas como “família”, “patriotismo”, “cidadão de bem/ pagadores de impostos/geradores de emprego”, etc..

7 A respeito, Foucault (1990, p. 22), inclusive, ironiza: “há a boa ciência, aquela que é ao mesmo tempo verdadeira e que não toca no mau poder, e depois evidentemente os maus usos da ciência, seja sua aplicação interessada, seja seus erros. Se você me afirma que é assim, pois bem, eu partirei feliz”.

8 Devemos problematizar a questão de que a universidade não chega às ruas, uma vez que é verdade que discussões sobre a importância de se conter gastos públicos, de reformas sociais, como da previdência, trabalhista, são temas das discussões cotidianas das pessoas, as quais em geral têm o tom dado por vozes familiares a tradicionais cursos de economia de São Paulo e outros centros capitalistas que se beneficiam da superposição/primeiridade dos interesses do mercado sob os sociais, evidenciando que o ponto de vista arquitetado nessas universidades chegou nas falas das pessoas. É verdade também que discussões decoloniais já fazem parte de alguns grupos na periferia, o que também evidencia a presença da universidade no dia a dia das pessoas. Assim, esta questão se delinea não como um abismo total, mas como uma questão que envolve quem media este contato, mídia de massa que é contratada para em seus telejornais, novelas e programas, ecoar os postulados classistas sobre a supervalorizada função da economia (que obnubila estrategicamente o potencial de políticas de distribuição de renda) ou os próprios acadêmicos que ampliam a ação da universidade a partir de políticas de extensão que objetivam sua inserção nos diversos espaços sociais. É nesse sentido que é tão importante reivindicar o lugar do acadêmico nos espaços decisórios dos destinos públicos como assembleias legislativas, televisão, redes sociais, etc.

9 Em geral, são raros os dissensos, salvo quando algum pesquisador de outra área por algum motivo – banca, mesa redonda, etc. questiona outro pesquisador. No geral, as produções são de e para pares que estudam um mesmo autor e problema. Estes mais trocam experiências que polemizam.

10 É claro que estes contextos, como lugares de ação política: sindicatos, associação de moradores, grêmios estudantis, redes sociais alternativas, movimentos de grupos marginalizados de mulheres, negros, de LGBTQ+, camponeses, políticas pedagógicas

respeito dos gêneros de tradição carnavalesca, Bakhtin (2002, p. 135) destaca a particularidade da sátira menipeia de ser uma “publicística atualizada”, “uma espécie de gênero jornalístico da Antiguidade, que enfoca em tom mordaz a atualidade ideológica”, pode nos autorizar a pensar a relação entre mídia, jornalismo, política e denúncia de determinadas informações que comprometeriam a estabilidade de dada ordem política e social. Isto, no sentido de que através dessas esferas discursivas, gêneros e sujeitos sociais característicos, protagonizam antagonicamente, digamos assim, dois papéis sociais fundamentais para o estabelecimento de um clima com o qual determinadas políticas públicas podem ser organizadas, a saber, o de propor diretrizes de administração e o de apontar as falhas destas.

Estes papéis são desempenhados por sujeitos (pessoas, instituições, práticas) que, histórica e institucionalmente¹¹, são legitimados¹², para assumir o poder e o saber de decisão sobre os encaminhamentos de dada prática, para gerir os destinos públicos. Este desempenho efetua-se a partir da mobilização de expectativas sociais que garantirão a legitimação desses sujeitos. Assim, o valor de crítica social que circula em discursos públicos, tais os midiáticos, filmes, músicas, programas de TV, e tais propagandas institucionais, campanhas televisivas, em redes sociais e em cartazes, é capaz de mobilizar a opinião pública de sorte que determinada proposta política possa ser admitida e assumida por determinados políticos e chefes públicos que a encabeçarão e terão seu futuro político associado aos sucessos (bons e maus) dessa política. Logo, os embates entre verdades, a do gestor público e a do crítico dessa gestão, orientam as formas como as políticas públicas se delineiam.

Nessa conjuntura, a relação entre mídia, jornalismo, política e denúncia de determinadas informações demarca-se enquanto função determinante das vicissitudes da vida política de um país, no mundo globalizado, o que torna importante pensar as particularidades dos gêneros que se inscrevem dentro dessa relação, sobretudo, enquanto produção de saber e poder orientados para

emancipadoras, são reduzidíssimos e que os grupos que detêm os poderes sociais policiam estes contextos de maneira a eliminar o seu potencial subversivo.

11 O que não quer dizer, destaque-se, que estes sujeitos sejam escolhas ideias, nem que não estejam imunes a se valerem desse “papel” para garantir interesses privados e não da coletividade, muito menos que a gestação histórica e institucional desses papéis e a sua vinculação a um determinado grupo social não estejam marcadas por relações de abuso e reprodução de poder. De fato, seria ingenuidade admitir que quem está à frente, por exemplo, do dito jornalismo investigativo ou de cargos públicos sejam, todos eles, “bons samaritanos”, do mesmo modo que pensar que na máquina pública não estejam infiltrados interesses de mercado, bem como seria ingênuo, ainda, crer que o fato de profissões como a de médico, advogado, líder religioso, agronegociador e apresentador de programa policial sejam as que em geral compõem o cenário das cadeiras políticas dá-se espontaneamente sem que isto não esteja vinculado a reprodução de uma estrutura social de exploração de classes marginalizadas.

12 O que não quer dizer também que esta legitimação seja necessariamente forjada em relações de hombridade e vontades de transformação social. Em nossas relações explicadas pela lógica do mercado, que transforma vícios em virtudes (usura virou lucro, ganância hoje vira empreendedorismo), o comum é que o poder seja não um consenso, mas uma imposição.

uma crítica mordaz da realidade política contemporânea, ou seja, de tons “publicísticos”, como acabamos de discutir.

Neste artigo, portanto, fundamentados em Foucault (2010; 2011), com o conceito de *parresía*, e em Bakhtin (2002; 1987), com o conceito de *carnaval*, discutiremos algumas situações que envolvem a produção, circulação e recepção de discursos de (in)verdade entre personalidades da política atual e sujeitos que se inscrevem nesses discursos enquanto os detentores de um poder/saber com o qual os destinos políticos se transformam. As situações são as seguintes: a denúncia do site jornalístico *The Intercept Brasil*¹³ contra Sérgio Moro; a sabatina contra Sérgio Moro de esclarecimento sobre estas denúncias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)¹⁴; e o “papel de conselheiro” de Olavo de Carvalho¹⁵ para indicar e criticar pessoas do governo, dentre os quais Sérgio Moro¹⁶. A partir da problematização destas situações podemos vislumbrar como determinados sujeitos assumem a posição no jogo político e social de “parresíastas” e de *spin doctors*, respectivamente, denunciando relações abusivas de poder ou de forma negacionista as reproduzindo, como personalidades público-políticas integrantes ou não do governo.

Estas situações discursivas podem contribuir para nossa discussão a respeito dos papéis públicos de apresentar as verdades polêmicas que justificam ou desautorizam a proposição de uma política pública; bem como a força que estas verdades adquirem quando admitidas pelas expectativas sociais que endossam ou não tais propostas e as vidas públicas de determinados profissionais da política; do mesmo modo que o papel da academia neste cenário de anúncios e denúncias de verdades relacionadas aos destinos políticos da nação.

13 Segundo a própria página (Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/staff/>>. Acesso 03/07/2019), “O The Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo. Suas investigações aprofundadas e suas análises implacáveis se concentram em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais. O The Intercept dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem”. Este veículo de informação denunciou mensagens de Sérgio Moro classificadas como ‘antiéticas e transgressoras’ em relação a condutas esperadas de juízes em casos de julgamento (Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso 03/07/2019).

14 Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=dVmb-gJMfzw>>. Acesso 23/11/2020.

15 A dinâmica/dança das personagens/personalidades públicas que ocupam a posição de conselheiros degovernantes organiza-se de veras em função do poder de preservar a popularidade frente à massa eleitora, legitimidade frente aos poderosos da mídia, da justiça e do mercado que podem participar da posse como da deposição de um governo, assim aquele que outrora ocupava incontestavelmente esta posição pode muito bem algum tempo depois perdê-la. Olavo de Carvalho atualmente não é mais unanimidade (cf. <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/25/interna_politica,1214287/olavo-de-carvalho-pede-renuncia-de-bolsonaro-nao-defender-fieis-amigos.shtml>. Acesso: 29 nov. 2020) quanto a conselheiro, nem crítico (papel cada vez mais ocupado pelo General Santos Cruz, cf. p. ex.: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/11/interna_politica,1203603/general-santos-cruz-critica-declaracoes-de-bolsonaro-ganhou-de-quem.shtml>. Acesso: 29 nov. 2020), oficial. Também ocorre o mesmo com grupos institucionais que oscilam como fonte formadora de governantes, é o caso poderosos grupos episcopalistas quando o pai Bush fora presidente e metodistas quando o filho o fora.

16 Cf. <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/triste-fim-de-um-superministro-moro-bajula-olavo-que-ha-semanas-instigou-seus-caes-a-lincharem-no-nas-redes/>>. Acesso 03/07/2019.

Com este propósito, num primeiro momento trataremos de algumas das principais discussões de Foucault (2010; 2011) quanto ao conceito de *parresía*, enquanto postura de denúncia de inconsistências em atos de sujeitos em posição de poder, e de Bakhtin (2002; 1987) no que toca ao conceito de *carnaval*, enquanto postura de destronamento de ordens conservadoras. Depois, analisaremos de que forma estas discussões podem nos auxiliar para compreender como determinadas polêmicas políticas estão orquestradas por relações entre sujeitos que assumem a posição de dizer uma palavra franca que constrange e obriga um gestor público a mudar sua conduta e a de receber tais palavras devendo respeitar aquela posição e prestar contas à sociedade quanto a sua conduta denunciada. Em seguida, analisaremos as singularidades dos discursos nos quais estas posições são assumidas, destacando as particularidades carnavalescas que contribuem para o constrangimento e coação de condutas para suas transformações no cenário político atual. Por fim, ponderaremos a respeito da necessidade de a política estar marcada por relações discursivas de anúncio de palavras francas que colocam o interlocutor de posição hierárquica institucional de poder em condições de fragilidade política, a sofrer a inversão de sua posição no jogo político, perdendo qualquer condição de soberania absoluta.

Foucault, Bakhtin e o problema da verdade...

Leitores de Kant, Foucault e Bakhtin parecem ter se inspirado no opúsculo "*Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento? (Was ist Aufklärung?)*", do filósofo de Königsberg, quando elaboram seus conceitos de *parresía* e de *carnaval*, respectivamente. Tanto o pensador francês quanto o russo parecem mesmo ter desenvolvido suas reflexões filosóficas tomando como ponto de partida a ontológica pergunta: "O que é a verdade?". Nesse sentido, Foucault (2011, p. 4) responde a essa pergunta quando propõe continuar¹⁷ seu "estudo da fala franca, da *parresía* como modalidade do dizer-a-verdade". Bakhtin (1987, p. 8), por seu turno, também responde a essa questão ao definir o *carnaval* como "o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente", e que, ao contrário da festa oficial, representa a festa popular da praça pública, da palavra sábia e franca, do riso ambivalente e da ideia de verdade livre e lúcida. Eis o uso positivo ou, por assim dizer, o "bom uso" da verdade (da *parresía* e do *carnaval*).

¹⁷ Os estudos foucaultianos da *parresía*, para os quais o filósofo convocou os Antigos a guiarem-no numa *trip* greco-latina, podem ser demarcados entre os anos de 1981 e 1984, ano de sua morte.

Todavia, assim como a noção de *parresía* pode ser tomada em uma conotação negativa, a noção de *carnaval* também enfrenta esse problema, sobretudo, em tempos de pós-verdade, em que o “mau uso” da verdade - do falar franco, da palavra sábia e livre – é mobilizado, como forma de propagação de notícias falsas, como produção de uma cultura negacionista e como a disseminação de discursos de ódio, no cenário político, não só no Brasil, mas mundo a fora, para instaurar o caos nos processos democráticos republicanos de esquerda e, assim, fomentar o resgate de uma onda tradicionalista, fascista e populista em sistemas republicanos de direita, inaugurando, por assim dizer, uma “nova direita”. Em todo caso, vale ressaltar que nas últimas eleições presidenciais nos EUA (novembro de 2020), a vitória de Biden pode representar o início do fim desta “nova política”¹⁸ orquestrada pelos “gênios do Vale do Silício”¹⁹ (EMPOLI, 2020). Veja-se, como exemplo do “mau uso” da verdade (da *parresía* e do *carnaval*), os “trabalhos” de Steve Bannon para que Trump ganhasse as eleições nos EUA, em 2016, e o exemplo dos “esforços” de um tal Olavo de Carvalho, para a ascensão de Bolsonaro ao Governo brasileiro, em 2018. Em contrapartida, ainda no Brasil, podemos destacar como representante de um intelectual que fez “bom uso” da verdade, o jornalista Glenn Greewald, quando denunciou o esquema golpista da “lava jato” que ocasionou a prisão do ex-presidente Lula e o *impeachment* da ex-presidenta Dilma. Voltaremos a essa discussão da política brasileira mais adiante. Portanto, deixemos o Brasil de lado e sigamos à França.

Para iniciar sua incursão no problema da verdade, ou melhor, do dizer-a-verdade, Foucault (2011) deteve-se na investigação do que ele chamou de “cerne da filosofia ocidental”, isto é, na relação entre sujeito e verdade. Segundo o filósofo, não se trata somente de investigar quais são as formas, as estruturas próprias dos discursos dos sujeitos para que eles sejam reconhecidos como verdadeiros; não se trata simplesmente de uma análise das estruturas epistemológicas do discurso. Ao contrário, trata-se, para além deste domínio, de uma análise das formas aletúrgicas²⁰, ou seja, trata-se de investigar (quais) as formas dos sujeitos que dizem-a-verdade, de analisar as formas pelas quais os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos pelos outros ao dizerem seus discursos de verdade e, ainda, de analisar as formas sob as quais os sujeitos se constituem e são constituídos pelos outros como aqueles que dizem-a-verdade.

Com efeito, Foucault (2011), em seus estudos sobre a noção e as práticas de *parresía*, procurou analisar as relações, complexas, porém constitutivas umas das outras, entre saberes,

18 A esse respeito, ver Empoli (2020).

19 A esse respeito, ver Empoli (2020).

20 Etimologicamente, de acordo com Foucault (2011, p. 4), *aleturgia* consiste na “produção da verdade, ato pelo qual a verdade se manifesta”.

relações de poder e subjetividades, isto é, os modos de veridicção, as técnicas de governamentalidade e formas de práticas de si. O filósofo de Poitiers, decerto, não pensou essa tríade conceitual sem, antes, pensar o problema da linguagem, ou melhor, do discurso, pois é no (e pelo) discurso que as verdades (em nós, sobre nós e sobre os outros) se manifestam; é no (e pelo) discurso que os saberes conduzem (ontologizando, patologizando, normatizando, excluindo, negando, afirmando) nossos corpos e falas; é no (e pelo) discurso que o poder exerce sua prática opressora e produtiva. Nesse sentido, portanto, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistema de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Disso decorre que todas as ações humanas - operacionalizadas (volitivo-emocionalmente) pelas formas verbais dos modos indicativo, subjuntivo, imperativo ou infinitivo - constituem-se organicamente na linguagem, seja ela verbal ou não verbal; que o humano é um ser, por excelência, de linguagem, e nessa condição ele o é em relação com o outro no mundo, na vida. É para o outro (seu interlocutor/ouvinte) que esse homem, ou melhor, que esse sujeito quer falar, quer dizer a sua verdade; é do outro (seu interlocutor/ouvinte) que esse sujeito falante quer, ao mesmo tempo, ouvir, escutar a verdade que ele também tem a dizer. Nesse contexto, pode-se tatear que a lógica da *parresía* reside numa espécie de pacto existente entre “quem fala e aquele a quem é dirigida a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 12).

Mas a ideia de pacto, aqui, não necessariamente vai sugerir uma ideia pacífica de concordância, de união e aliança, ou ainda, de acordo entre os sujeitos falantes (lembremo-nos que os discursos operam e são operacionalizados na e para a tríade saber, poder e subjetividade). Na verdade, a ideia mesma de pacto para a *parresía* deve estar circunscrita na noção de coragem e, com isso, assumir um significado mais estratégico, ou, em última instância, mais bélico: o de jogo. A *parresía*, portanto, “pode se organizar, se desenvolver e se estabilizar no que poderíamos chamar de um jogo parresiástico” em que a coragem não deve se limitar apenas àquele “que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa”, ao contrário, ela também deve ser convocada pelo interlocutor “que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve” (FOUCAULT, 2011, p. 13). Em duas palavras, coragem e verdade, portanto, pode-se delimitar a noção de jogo parresiástico. Entretanto, parece-nos ingênuo e, mesmo, “perigoso”, arregimentar essas duas palavras indiscriminadamente no cerne do jogo da *parresía*, pois tanto o parresiasta, quanto o seu interlocutor/ouvinte podem (e o fazem) não articular da mesma forma e com o mesmo sentido, tais palavras. Sendo assim, soa razoável a pergunta: “Qual a verdade da coragem?” se, em

última análise, a “coragem da verdade” de um (interlocutor) implica na “verdade da coragem” do outro (interlocutor), a depender das regras do “jogo”.

Do lado russo, o problema da verdade pode ser verificado - apesar de Bakhtin não ter dedicado um estudo estrito sobre o tema - na dinâmica das relações dialógicas, no interior das quais se origina o *carnaval*, entre os sujeitos “expressivos e falantes”²¹, ou ainda, na análise das relações de sentido que se arrolam entre os enunciados dos sujeitos no ato de suas interações sociocomunicativas. Em sua perspectiva dialógica dos estudos da linguagem Bakhtin (e o Círculo²²) propunha uma filosofia da vida (*Lebensphilosophie*) orientada por uma filosofia moral²³, ou seja, uma filosofia do ato responsável cuja base arquetípica se assenta na singularidade do “existir-evento” uno e irrepitível e em sua interação responsiva no mundo. Para o filósofo de Orel, o ato responsável deve afirmar o “não-álibi” da unicidade do ser no mundo porque “cada pessoa ocupa um lugar singular e irrepitível, cada existir é único” (BAKHITN, 2010, p. 96-97). Ou seja, existir concretamente na vida é não agir indiferentemente ao outro; ser realmente na vida é responder ativa, responsável e eticamente à pergunta do outro, que também se afirma no mundo de modo singular e único.

Diante disso, pode-se perceber a pujança do conceito de diálogo – em sentido de interação verbal concreta, complexa e inacabada - na teoria bakhtiniana. Pode-se, ainda, lançar mão de uma “pergunta responsiva”, qual seja: E o que é a vida senão um grande diálogo? Decerto, Bakhtin (2011, p. 348) nos responderia que “a única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*”; que viver no diálogo é viver na palavra; é interpelar, mais que interrogar; é responder, mais que ouvir. É nesse jogo de “perguntas e respostas”, nessa arena de palavras e vozes sociais, nesse espaço de tensão entre as forças centrípetas (monológicas) e as forças centrífugas (dialógicas) que as verdades (sérias/oficiais e alegres/extraoficiais) se encontram, digladiam-se e se constituem. É, portanto, nesse palco sem cortina e sem ribalta em que se vive o espetáculo do *carnaval*; em que se vive uma “vida às avessas” capaz de subverter “as onipotentes relações hierárquico-sociais da vida extracarnavalesca”, de eliminar “toda *distância* entre os homens” (BAKHITN, 2002, p. 123) e, ao mesmo tempo, estabelecer o livre contato familiar - da praça pública, do riso festivo, do franco discurso e da livre gesticulação - entre as pessoas de todas as classes sociais.

21 Expressão utilizada por Bakhtin (2011, p. 395) ao delimitar o ser - “inesgotável em seu sentido e significado” - como objeto das ciências humanas.

22 Em geral, denomina-se Círculo de Bakhtin ao grupo formado pelo filósofo russo e por seus “amigos e colaboradores em diferentes momentos da vida de Bakhtin” (SILVA, 2013, p. 46), dentre os quais podemos citar Valentin Volóshinov e Pavel Medvedev.

23 Bakhtin qualifica a “filosofia moral” (por “moral” entenda-se “ética”) como “filosofia primeira” (BAKHITN, 2010).

Observando-se as implicações das ações carnavalescas, pode-se reter a ideia fundante do *carnaval* e da cosmovisão carnavalesca: “a ênfase das mudanças e transformações, da morte e da renovação” (BAKHTIN, 2002, p.124). A base dessa ideia subescreve-se naquilo que Bakhtin (2002, p. 124) chamou de “ação carnavalesca principal”, isto é, no ritual ambivalente e biunívoco da “coroação bufa e o posterior destronamento do rei do carnaval”. O bufão, nesse sentido, pode ser confundido com um parresiasta, com aquele que diz a verdade corajosa; a verdade do bufão é a verdade do riso e a verdade do riso opõe-se “à mentira, à adulação e à hipocrisia” (BAKHTIN, 1987, p. 80) como forma de libertação da seriedade do poder e proclamação de um novo mundo, um mundo carnavalesco ao revés. A coroação/destronamento (ou destronamento/coroação), então, representa, mais do que o estado de transformação e renovação, representa, sobremaneira, “o processo propriamente dito de mudança”, pois no *carnaval* nada se estabiliza ou absolutiza, ao contrário, “apenas [se] proclama a alegre relatividade de tudo” (BAKHTIN, 2002, p.125). Eis o espírito do *carnaval medieval*²⁴.

Dito isto, pode-se, agora, de posse desta exposição geral dos fundamentos teórico-conceituais que regem nosso trabalho, realizar uma reflexão analítica sobre os discursos de (in)verdade que circulam (ou circulavam) nos bastidores do palco da política brasileira.

(Des)governo de si e dos outros: (re)pública brasileira?

Foucault explica que faz uma história do pensamento, entendendo-o enquanto focos de experiências, constituídos pela articulação entre si de formas possíveis de saber, matrizes normativas de comportamentos e modos de existências virtuais. Essa perspectiva permite que se problematize como a partir de determinado foco de experiência (loucura, sexualidade, academia, relações preceptoras, etc.) se forma um conjunto de heterogêneos saberes, poderes e modos de ser. Também permite que se problematize como os saberes estão relacionados constitutivamente com práticas sociais e discursivas, marcadas por normatividades tensas estabelecidas historicamente, de maneira que a ideia de verdade se torna uma questão de análise de quais são as condições de

²⁴ Uma abordagem e aplicação diferentes do conceito de *carnaval* apresentado por Bakhtin (2002; 1987), o *carnaval medieval*, pode ser encontrada n’Os engenheiros do caos, de Empoli (2020). Nesse livro, o autor apresenta aquilo que convencionou chamar de *carnaval contemporâneo* ou, ainda, de *carnaval populista* para explicar a nova forma de a direita conservadora fazer política (em escala mundial) e sagra-se como a “nova direita”. De acordo com Empoli (2020, p. 24-25), o *carnaval contemporâneo* “se alimenta de dois ingredientes que nada têm de irracional: a cólera de alguns meios populares, que se fundamenta sobre causas sociais e econômicas reais; e uma máquina de comunicação superpotente, concebida em sua origem para fins comerciais, transformada em instrumento privilegiado de todos aqueles que têm por meta multiplicar o caos.

produção (simbólica e material) que fazem com que ela seja aceita como tal e outras não (regras de veridicção). E ainda que se problematizem quais comportamentos, instrumentos e técnicas despontam como condutores da vida de diversos sujeitos sociais (formas de governabilidades), além de que se problematizem quais formas concretas estes sujeitos elencam para cuidarem de si e se constituírem enquanto sujeitos (a pragmática de si). Essas problematizações, com efeito, tentam considerar perspectivas das realidades sociais que a história das representações sociais; das formas de dominação; e da subjetividade, em geral, não consideram, ou seja, as experiências concretas, relações interpessoais entre sujeitos cotidianos, relação familiar, escolar, trabalhista, política, etc. e não as abstratas representações sociais – sistemas políticos; econômicos, morais e identitárias, etc.

É diante dessa postura sobre a relação constitutiva entre experiência concreta, regras de veridicção, formas de governabilidades e pragmática de si que Foucault discute a *parresía*, o discurso verdadeiro na ordem política, delineado na relação entre governo de si e governo do outro, considerando que o discurso político, por um lado, é forjado a partir de relações com conselheiros (o amigo que esclarece, o orador que pondera, os operários que questionam), cuja gênese se orienta segundo a prática da educação do príncipe pelo seu preceptor.

Refletindo sobre o cenário político atual, podemos perceber que duas personalidades públicas exercem (ou exerciam) e admitem esta relação de aconselhamento como indispensável para a tomada de decisões governamentais. Não se precisa ir muito longe para identificar que nos referimos à relação que Bolsonaro mantém com Olavo de Carvalho²⁵. É possível reconhecer que o segundo se sente bastante a vontade para apontar diretrizes e reprimendas aos caminhos que o primeiro toma, desde criticando pessoas do alto escalão político, até indicando nomes para preencher pastas e para serem demitidos delas (basta ver suas inúmeras postagens em redes sociais) bem como que ele é mesmo “convocado” para emitir seus juízos e reconhecida oficialmente sua presença nas decisões desses caminhos. Não nos referimos a esta situação específica, por qualquer motivo, senão, juntamente com as demais situações analisadas ademais, pelo fato de que há de veras uma declarada intenção pelas duas partes com a interpelação de um que anunciaria uma verdade e a mudança de conduta do outro, o que nos leva a ponderar sobre o valor da palavra franca parresiática.

25 Cf.: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/entenda-a-relacao-de-olavo-de-carvalho-com-bolsonaro-e-os-embates-com-os-militares-cjveas6oio1s7o1peog1ywsqf.html>>. Acesso 03/07/2019.

Nela, interessamo-nos, portanto, para a forma como a verdade²⁶, ou seja, as regras de veridicção são estabelecidas a fim de promover subjetividades e formas de poder, ou seja, respectivamente, padrões de conduta de si e dos outros e governabilidades sociais. No caso, Olavo tanto critica o governo quanto incita membros dele a o abandonarem²⁷, o que repercute frustrando determinadas manobras governamentais, ou causando indisposição entre estes membros. Assim, (em certa medida, que não se creia que se quer aqui reduzir toda a complexidade social a ação de um indivíduo) ele funciona como um catalisador de verdades, identidades e formas de governo, na atual gestão, gerenciando a arena de lutas que é uma administração pública, orientando quais condutas devem ser tomadas e, por conseguinte, limitando o horizonte ideológico no qual se inscreve a atual gestão política.

Acreditamos que isto não é nenhuma novidade, percebemo-lo, por exemplo, nas relações entre José Bonifácio e Dom Pedro II; Lula e Dilma. Questionamos tão somente se não é o caso de nós admitirmos, eleitores, este tipo de relação como critério decisivo para definirmos nosso voto (e nós, acadêmicos, não deveríamos investir nesse tipo de educação). Talvez, assim, compreendêssemos o que é que estão querendo dizer quando dizem ajudar os pobres, ou quando dizem melhorar a educação e a saúde²⁸. De fato, estabelecer-se-ia uma lógica ideológica distinta se o papel de conselheiro, mestre de FHC fosse desempenhado por Florestan Fernandes em lugar de Pedro Parente. Portanto, a depender de quem está investido do poder uma palavra franca para o gestor, os destinos políticos se definirão de determinada forma, de sorte que é preciso considerarmos quem desempenhará este papel para definirmos nossas decisões políticas.

A coragem da (in)verdade: nova política?

26 Embora seja escuso notar, dado o caráter crítico dos pensadores que fundamentam este trabalho, destacamos que “verdade” não significa um conhecimento verdadeiramente constatável por conta de sua regularidade, abstração, generalidade, universalidade, mas um conjunto de crenças, valores, práticas e conhecimentos admitidos como verdadeiros por determinado grupo.

27 Cf.: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/entenda-a-relacao-de-olavo-de-carvalho-com-bolsonaro-e-os-embates-com-os-militares-cjveas6oio1s7o1peog1ywsf.html>>. Acesso 04/07/2019.

28 Nossa cultura democrática em relação a voto está em parte pautada na ideia de querer descobrir quem está com a verdade, como se esta fosse algo que se possui, após a ter descoberto, num lugar especial. “Na verdade”, ela, como estamos descobrindo há já bastante tempo (embora ainda não consigamos a tornar “senso comum”), é uma construção histórica relativamente transitória, que depende constitutivamente das condições materiais e simbólicas que sustentam as práticas sociais, de maneira que o que se diz significa mais pelo onde, quando, e com que história se diz que pelo dito. Logo, quando se fala, por exemplo, em aumentar empregos, deve-se questionar qual a qualidade deste aumento (como direitos garantidos?), dentro de que lógica ideológica está (distribuição de poderes e saberes?), quais as influências filosóficas do proponente (neoliberal afeita à concentração de renda?), qual sua história política (lutas pró mercado?), enfim, estas questões em geral não são feitas, ficando o debate reduzido ao espetáculo dos “debates” televisivos e “propaganda” política, além de *posts* em redes sociais.

A fala franca, dizer a verdade sobre si mesmo e sobre o outro, não se delinea por ser uma prática característica de um representante, uma personagem, com poder institucional, (igreja, consultório ou escola, ministério, etc.), este que, dada sua institucionalidade histórica e política, assume o direito e a obrigação de dizer tal verdade, mas de uma personagem forjada historicamente dentro das singularidades da relação entre penitente e confessor, paciente e psiquiatra, mestre e aluno, e afins. O representante da condução espiritual, a personagem parresiasta, possui esta qualidade, conforme esteja interessada em questões políticas e morais, donde a prática parresisata está imbricada com a relação concreta entre regras de veridicção, formas de governabilidades e pragmática de si, as quais são fundadas em relações de poder e saber, os quais se relacionam não como este sendo a “máscara” daquele (FOUCAULT, 2011, p. 10), mas como a complexa relação entre as formas sociais de estabelecimentos de verdades dadas; as formas pelas quais os comportamentos sociais são constrangidos e policiados; e as formas como os diversos sujeitos constroem suas identidades.

Por conseguinte, sendo a *parresía* a arte de dizer tudo, pode ser o parresiasta (o valor negativo) o tagarela impertinente, ou o incompetente, inconsequente nesta arte, os quais não organizam seu discurso com alguma “razão” social, isto é, alguma coisa de interesse coletivo de transformação de mazelas sociais, de sorte que com este discurso não oportunize a comunhão pública em função de dada ação afirmativa de causas públicas. Pode ser, ainda, o *parresiasta* (o valor positivo), aquele que diz a verdade socialmente arrazoada – interessada na superação de problemas públicos – sem fundar seu discurso em recursos retóricos que dissimula o propósito principal de ser um revide pessoal contra um adversário, ao mesmo tempo em que uma oportunidade de garantir interesses privados.

Chama à atenção a quantidade de absurdos que são ditos a fim de se desestabilizar um administrador público, desde criticar um, dos mais importantes, filósofos, porque ele quereria destruir a família²⁹, a que o problema da liberação de mais agrotóxicos ocorre porque ainda não fez o que outros países fizeram (já liberaram)³⁰, até afirmar que não (pasmem) estupraria uma parlamentar porque era feia³¹. Esse tipo de postura que acontece em todos os governos, sobretudo os conservadores prática que deve ser combatida, se quisermos uma forma de governabilidade

29 Cf.: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/05/gramsci-pensamento-gramsciano-no-discurso-de-velez-e-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso 04/07/2019.

30 Cf.: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/04/09/cobrada-por-liberacao-de-agrotoxicos-ministra-diz-que-palavra-final-e-da-anvisa.htm>>. Acesso 04/07/2019.

31 Cf.: <<https://veja.abril.com.br/politica/juiza-manda-bolsonaro-pagar-r-10-mil-a-maria-do-rosario-por-ofensas/>>. Acesso 04/07/2019.

atenta aos interesses dos grupos marginalizados acaba repercutindo nas decisões políticas já que estabilizam verdades e condutas, por exemplo, muitos gestores assumiram a luta “antifreireana” por crer que a Paulo Freire queria destruir a família³² (por mais que ninguém questione as mazelas que a lógica burguesa trouxe para a mesma família) e iniciaram campanha a favor da liberação de agrotóxicos (não se precisa explicar que qualquer desses exemplos tenha alguma consistência!).

Assim, é preciso discutir a qualidade da franqueza da palavra que está orientando as políticas públicas e reconhecermos que além do político, outros sujeitos participam da proposição e promulgação destas políticas públicas, e que por isso devemos refletir sobre este seu papel e como eles o desempenham. Em geral, cremos que estes absurdos, tagarelices são, em certa medida, resultado da estupidez de quem os diz, mas, mesmo que o seja, eles têm efeitos, pelo que devem ser medidos. Não é uma questão de verdade ou não, bobagem ou não; sim, é uma questão de serem estas bobagens ou mentiras gatilhos para a aprovação de determinadas políticas, que, muitas vezes são impopulares ou elitistas.

O jogo de verdades e o destronamento das hierarquias públicas

Foucault (2011, p. 11) concentra-se no valor positivo da *parresía*, a fim de discutir de que forma ela é um ato de coragem por assumir a obrigação de dizer uma verdade que coloca seu interlocutor, de *status* hierárquico que pode o retaliar por este ato, em situação crítica – pois atesta que este está em erro e o coloca num contexto em que é constrangido a tomar uma atitude em resposta (ou negar sua crítica anulando, rompendo laço – desmoralizando-o ou “eliminando-o”, o crítico – considerando como as relações de poder se gestam, o mais comum –; ou reconhecer a validade da verdade e transformar sua conduta). A relação de *parresía*, logo, é um ato de risco porque coloca em causa imediatamente a possibilidade de rompimento da relação de interlocução, bem como a possibilidade de retaliação até violenta e mortal.

Foucault (2011, p. 11) destaca que além de dizer tudo e dizer a verdade, a regra de garantir que o que é dito é, com efeito, admitido, pessoalmente, pelo *parresisasta*, é outra das condições da *parresía*, ou seja, este organiza seu discurso como sendo verdadeiro e lhe marca como sendo de sua responsabilidade. O *parresisasta* “assina”, responsabiliza-se (obriga-se) pelo (efeito) de seu discurso (FOUCAULT, 2011, p. 12), compromete-se com o que deve acontecer ou acontece

³² Cf.: <<https://revistaforum.com.br/deputada-bolsonarista-quer-retirar-de-paulo-freire-o-titulo-de-patrono-da-educacao-brasileira/>>. Acesso 04/07/2019.

por meio da franqueza de sua palavra que afeta seu interlocutor (as pessoas de uma assembleia que deliberam, o patrão que emprega, o cônjuge que se dispõe, etc.). Outra condição é que esta palavra franca não seja aquela desvinculada de uma radical disputa pública declarada, de maneira que sua enunciação esteja inscrita numa ariscada tomada de uma posição contrária a de seu destinatário, o que tem institucionalmente (a relação príncipe e mestre) o poder de reprimi-lo (puni-lo) por tal. A última regra é que o interlocutor do *parresisasta* deve aceitar o “jogo da *parresía*”, ou seja, aceitar que aquele deve dizer a verdade crítica que pode constrangê-lo e escutá-lo.

É nesse sentido que o jogo parresiástico é um ato de coragem e de grandeza sociais, uma vez que implica que os sujeitos envolvidos, aquele que diz a verdade e aquele que a escuta, assumam o risco de perderem sua posição social e serem sancionados pela enunciação desta verdade. A perda da posição social e a sanção decorrem, a nosso ver, por esta palavra franca estar carregada de efeitos carnavalescos, sobretudo, de destronamento de hierarquias sociais.

Bakhtin (1987, p. 333) explica que a carnavalização do mundo, do pensamento e da palavra opõe-se a um tipo pernicioso de seriedade, o que chama de seriedade malsã e mentirosa, “das sublimações e ilusões inspiradas pelo medo” (BAKHTIN, 1987, p. 330). Orientada para as singularidades do carnaval, a carnavalização seria a influência determinante do carnaval em determinadas formas discursivas (BAKHTIN, 2002, p. 139), a organização das formas semióticas de acordo com as formas e funções do carnaval. A carnavalização, de fato, define-se pela organização de signos através de orientações para as especificidades do carnaval. Assim, as produções semióticas carnavalizadas se delineiam enquanto relações de sentido orientadas para as quatro categorias carnavalescas específicas (o livre contato familiar entre as pessoas, a excentricidade, as *mésalliances* e a profanação³³), tematizando os estados inerentes de mutabilidade das práticas sociais e existência humana e o riso ritualístico primitivo (riso alegre). Enfim, a carnavalização é uma espécie de princípio heurístico que permite a descoberta do novo e inédito, ao evidenciar a relatividade de tudo que é apresentado e pretendido como estável, acabado e absoluto (BAKHTIN, 2002, p. 192).

33 A partir de Bakhtin (1987), o livre contato familiar entre as pessoas é uma resposta contra os *modi operandi* institucionais formais de organização das relações interpessoais, marcadas por extremos autoritarismo, vigilância e rigor. Assim, são determinadas especialmente no carnaval ações, gestos e linguagens marcadas pela franqueza e liberdade das exigências de opressivos protocolos institucionais. A excentricidade é característica das ações e linguagens do carnaval, que, por serem familiares, acabam se tornando inoportunas para o ponto de vista hegemônico, por não se esforçar por ocultar aquilo que para este ponto de vista deveria ser evitado. As *mésalliances* são a aproximação de tudo o que o ponto de vista oficial separava e a profanação é a dessacralização de signos hegemônicos pela associação com indecências e o baixo material e corporal.

Considerando este ponto, podemos perceber que se na relação entre Olavo e Bolsonaro, há, aparentemente³⁴, a assunção desse jogo, de maneira que mesmo quando atacado diretamente este contemporiza o ataque daquele. O mesmo não ocorre, em geral quando Sérgio Moro foi sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados³⁵. Nela, Sérgio Moro abandonou a sessão depois de ser comparado a um árbitro de futebol não idôneo. Ele não aceitou o jogo parresiástico, acreditamos, justamente porque tal gesto comparativo lhe destronou da posição de juiz com probidade.

O destronamento delineia-se na medida em que o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) assume a posição de um sujeito estranho à cúpula ideológica do poder, já que é, declarada e institucionalmente, oposição a atual gestão, da mesma forma que na sabatina, organizada por questionamentos, prefere não fazê-los e apresenta uma anedota, em tese estranha aos gêneros da sabatina (perguntas e respostas) estas estranhezas acabam que descentrando o jogo hierárquico marcado pelo respeito ao *status* do “convido” (as aspas decorrem do fato de o convite estar muito próximo de uma convocação dada as particularidades da sabatina de ser uma prestação de contas e/ou esclarecimento de polêmicas). Assim a excentricidade da comparação, misturando (*mésalliances*) gêneros e posições sociais, de Moro com o juiz de futebol profana a sua imagem, que popularmente ficou conhecida como (mais um dos que vira e mexe aparecem e somem da cena pública) “paladino da justiça”. Sua imagem séria foi trocada por uma imagem jocosa, de maneira que sua posição hierárquica pode ser abalada, contra o que a cúpula reagiu, ameaçando o deputado de processo (protocolo comum nesses casos)³⁶.

Esta relação comissão parlamentar e convidado para sabatina, embora não se adéque nos mesmos termos da relação preceptor, mestre e príncipe, governante, é gerada na mesma tradição, uma vez que o papel de inquirir a respeito de inconsistências de determinadas condutas, por mais que no caso da sabatina pareça mais um interrogatório policial ou judicial, a fim de se coletar provas de dada incorreção, ilegalidade ou falta de ética ou decoro (quando o sabatinado é

34 Daí a urgência de discutirmos esse tipo de relação para sabermos e podermos cobrá-la a quem se deve e não ficarmos sem saber quem tem este poder. É preciso que exijamos que se revelem quem são os mentores dos gestores públicos, sem o que não podemos deixar de pensar que tal ocultamento se deve por interesses escusos de reprodução de relações de exploração das marginalidades. Podemos perceber como esse fenômeno da importância do mentor na prática quanto à “cultura” do voto, por exemplo, na última eleição presidencial Bolsonaro recebeu bastante votos por se dizer alinhado a Olavo de Carvalho, bem como o outras personalidades públicas tais Ustra. Inclusive, sua campanha foi marcada informalmente via redes sociais pela associação de determinados candidatos a Marx, Gramsci, Paulo Freire.

35 Cf.: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/moro-fala-sobre-vazamento-de-mensagens-na-ccj-da-camara>>. Acesso 04/07/2019.

36 Cf.: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-07-03/deputado-que-chamou-moro-de-juiz-ladrao-diz-que-se-tornou-alvo-de-ameacas.html>>. Acesso 04/07/2019.

oposição) ou uma conversa entre camaradas (quando é da situação o sabatinado) ainda está dentro do escopo do mestre que orienta seu pupilo. Por mais que este papel não seja desempenhado por um indivíduo, mas por uma ampla comitiva, não por parceiros, mas também por opositoristas, o caráter de assembleia que tem o poder determinar a legitimidade do que se diz subjaz neste papel. Isto traz novamente luz para nossa questão de saber de que forma palavras francas são ditas para representantes políticos e quais seus efeitos na determinação dos destinos das políticas públicas e destes políticos.

Tal questão, inclusive, incita a pensar sobre a possibilidade de universalização do poder e do saber de se valer dessa palavra, já que, como vimos está nas “mãos” de algumas poucas pessoas – “amigos e profissionais” da política, parlamentares, lobbistas, jornalistas, grandes empresários, especialmente, porque esta palavra tem potencial transformador da sociedade, por força de poder destronar diversas hierarquias.

Considerações finais

A palavra francamente posta no jogo político através de Braga comparando Moro a um árbitro corrupto destrona justamente a sua imagem de justiceiro contra a corrupção. Esta palavra coloca seu falante em perigo, dada a ameaça de processos, o próprio cancelamento da sabatina, além de perseguições fascistas³⁷. Tal constatação coloca em xeque o real poder de dizer aquilo que denuncia quem detém o poder. O fato de que a sabatina é consequência de denúncias feitas em um jornal, o *The Intercept Brasil*, o qual, muito pela sua postura oposicionista não é legitimado nem protegido institucionalmente como os tradicionais conhecidos jornais brasileiros, inclusive tem questionada a veracidade de suas notícias, comparado como o poder de dizer, até críticas à situação, sem maiores sanções, que tem Olavo de Carvalho, levanta a questão de quem pode dizer o quê. Para além da forma desrespeitosa/carnavalesca/perigosa da comparação com um árbitro mal intencionado Braga, assim como o *The Intercept Brasil*, pelo menos nas esferas do poder governamental atual, não é legitimado enquanto sujeito que pode falar mal do governo, como o youtuber. Assim, a palavra parresiasta lhe é interdita.

Podemos questionar considerando que mesmo quando se tem a função de dar esta palavra franca ela ainda assim é um ato de coragem, em que medida ela se torna ato suicida quando

37 Cf. <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-chamar-moro-de-ladrao-deputado-do-psol-e-alvo-de-boatos-enganosos/>>. Acesso 23/11/2010.

é dita por quem não pode dizê-la, ou seja, não tem a função de pai, preceptor, conselheiro, sabatinador nos moldes adequados (respeitosos do poder - e não do povo que sofre com este poder). Nesse sentido, podemos questionar qual o papel do acadêmico crítico: apenas posteriormente comentar em artigos as implicações teóricas desse tipo de realidade? Nem a matéria no jornal, nem entre os sabatinadores, nem como "referência intelectual" figuram acadêmicos. Por conta destes próprios ou do poder que lhe expulsa da "ágora" política (como foram os poetas da polis), mídia e assembleias, ministérios, etc.? E quem tem o poder dizer/fabricar a verdade: o jornal, a comissão parlamentar, o conselheiro, o sabatinador, a população, o acadêmico?

As personalidades que citamos ao longo deste artigo ganham notoriedade e poder especialmente por conta da maneira como eles desempenham o papel de lançar e/ou desviar a atenção de uma palavra franca bem como o papel de desestabilizar ou endossar uma relação hierárquica hegemônica.

Enfim, é preciso questionar sobre se verdade está sendo dita/construída a fim de preservar o poder governante ou em função da denúncia de suas inconsistências (*parresía*) e de destronamento de poderes abusivos (*carnaval*), ou ainda se os governos abrem espaço para que alguém lhe possa dizer a verdade sobre suas limitações e/ou incoerências, erros, crimes, uma vez que em geral esta verdade quando é dita é dita por personalidades públicas fora do governo?

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- _____. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Aberto Faraco. São Paulo: Pedro & João, 2010.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF, 2011.

_____. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **O governo de si e dos outros.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF, 2010.

_____. **O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung].** Tradução de Gabriela Lafeté Borges. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990.

KANT, Immanuel [*et al.*]. **O que é esclarecimento?** Tradução de Paulo César Gil Ferreira. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

SILVA, A. P. P. F. Bakhtin. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 45-69, 2013.